



SALA DE LEITURA
EDUCAÇÃO CIENTÍFICA E AMBIENTAL



Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO CIENTÍFICA E AMBIENTAL – PEC&A

VERSÃO PARA PÚBLICO

Público

ENSINO MÉDIO

MÓDULO 1b

MÓDULO: “IMPORTÂNCIA DA BIODIVERSIDADE PARA O CICLO DA ÁGUA”

1. IDENTIFICAÇÃO DO MÓDULO: EM1b

TEMA: (I) Fenômenos Naturais, Ecossistemas, Biodiversidade e Desastres Ambientais

TÓPICO: 1b - BIODIVERSIDADE

MÓDULO: Importância da Biodiversidade para o Ciclo da Água

2. ROTEIRO DE LEITURA

TEXTO 1: “Especialistas apontam soluções para garantir a qualidade da água no DF”.

Leia o texto e reflita sobre as seguintes perguntas:

1. Qual o cenário de desmatamento no Cerrado?
2. Além do desmatamento, quais são outros fatores que têm causado desequilíbrio ambiental?
3. Quais estratégias têm sido pensadas no Brasil diante da crise hídrica?

CORREIO BRAZILIENSE

Especialistas apontam soluções para garantir a qualidade da água no DF

Na última reportagem da série que abordou a grave crise hídrica por que passa o Distrito Federal, estudiosos sugerem soluções para garantir a quantidade e a qualidade da água no Distrito Federal. No entanto, muito pouco, tem sido feito

Por Flávia Maia, 29/12/16.



"Ainda não cheguei a receber dinheiro pelo programa, mas, mesmo assim, gosto de participar porque vejo que faz diferença. Está tudo mais verdinho, até mais pássaros apareceram"

O ciclo das águas do cerrado passa por uma transformação preocupante, o que potencializa a crise hídrica. O excesso de calor e a mudança no regime de chuvas — cada vez mais esparsas — são realidade. Estudos apontam que o desmatamento de quase metade da área do bioma vem causando impactos. Os 48% perdidos de vegetação nativa contribuíram para o decréscimo de 5% na quantidade anual de precipitação, o que diminui a vazão dos rios e,

conseqüentemente, a oferta de água. “Nesta conta, estão de fora os efeitos climáticos globais. Se acrescidos, o volume de chuva pode diminuir até 30%”, alerta Henrique Chaves, professor de manejo de bacias hidrográficas da Universidade de Brasília (UnB).

É preciso frear não só o desmatamento como o crescimento desproporcional entre a quantidade de água consumida e a capacidade de recuperação dos rios; o assoreamento de importantes bacias, como a do Rio Araguaia, e a impermeabilização do solo — cerca de 90% da vazão do cerrado vem de água de lençol freático. As iniciativas de preservação e o gerenciamento de recursos necessitam ser implantados de forma ágil e mais compatível com a velocidade do grave quadro de crise hídrica que se desenha, sobretudo no Distrito Federal e no estado de Goiás. Entre as discussões estão a intensificação da participação da sociedade civil, a universalização do saneamento básico, a implantação da cobrança de água pelos comitês de bacias, o cumprimento dos prazos dos programas de Zoneamento Ecológico e Econômico (ZEE) e a maior capilaridade dos programas de preservação.

Entretanto, projetos e iniciativas apresentados têm sido mais morosos do que o alastramento da crise hídrica, parte pela burocracia, parte pelos conflitos de interesses. Na opinião de Júlio César Sampaio, coordenador do Programa Cerrado e Pantanal do WWF-Brasil, falta um pensamento mais conjunto. “No Brasil, as discussões são muito dicotômicas. Ou você é conservacionista ou é desenvolvimentista. É ruralista ou ambientalista. É preciso um ponto de equilíbrio, uma visão integrada com todos os atores do sistema.” Uma das principais apostas para o melhor manejo dos recursos hídricos é o ZEE. O documento trará um mapeamento dos locais em que as atividades econômicas causam menor impacto ambiental. Porém, a elaboração do documento e a posterior execução ainda são um desafio para os estados brasileiros. A diretriz nacional obriga todos a apresentarem o projeto até, no máximo, maio de 2017. Entretanto, apenas 11 concluíram os estudos, segundo Ministério do Meio Ambiente. No Centro-Oeste, apenas o DF não conseguiu entregar nenhuma parte da proposta. Neste momento, o ZEE-DF está em consulta pública e precisa passar pela Câmara Legislativa. Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul terminaram os planos e entregaram ao governo federal.

Outra solução urgente é a universalização do atendimento de água tratada e esgoto à população. A Organização Mundial de Saúde estima que, para cada US\$ 1 investido em saneamento, são economizados US\$ 4,3 em serviços de saúde. Com a crise financeira da administração pública brasileira, os investimentos vêm caindo no país desde 2014. Sem financiamento externo, as empresas têm dificuldade para melhorar a infraestrutura apenas com o uso da receita gerada pelas contas pagas pelo consumidor. “A população dá mais valor em pagar uma conta de celular do que uma conta de água. O dinheiro dá apenas para manutenção”, reclama Roberto Cavalcanti Tavares, presidente da Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais (AESBE).